

O presidente José Sarney, entre simples visitas de cordialidade, compromissos meramente sociais, conversas realmente produtivas e despachos de rotina, recebeu e cumprimentou no Palácio do Planalto, na quarta-feira, 136 pessoas. Na mesma quarta-feira ele pôde comemorar os resultados da primeira pesquisa de popularidade de seu governo, que lhe deu um índice de aprovação de 51% em seu primeiro mês de administração. É um fato realmente auspicioso para o presidente da República, e mostra, nitidamente, que a sociedade brasileira, sem hipocrisias, está dando ao governo da Nova República o voto de confiança que ele precisa para vencer as dificuldades iniciais e encaminhar as soluções para os graves problemas nacionais.

A mais de um interlocutor Sarney tem contado, com orgulho, cenas em que ele, espontaneamente, tem sido festejado e aplaudido por populares, como já aconteceu em Uberaba, no Rio de Janeiro, em Goiânia e, no fim da semana passada, também em Brasília. Estas situações, no entanto, não devem levar o presidente a iludir-se e pensar que tudo vai bem e seu governo conta com condições propícias para desenvolver-se sem embaraços. Gostaríamos, sinceramente, de estar enganados, mas parece-nos que a embriaguez com o apoio que a sociedade brasileira está dando à sua ação administrativa está turvando a visão do presidente José Sarney para o que ocorre à sua volta.

Quando ele considera, por exemplo, como "naturais e inevitáveis" as divergências crescentes entre vários ministros, divergências muito mais doutrinaárias e ideológicas do que de forma ou enfoque político, está demonstrando uma perigosa ignorância das disputas pelo controle do poder que se travam dentro do governo, no seio da Aliança Democrática e mesmo fora desse círculo, entre grupos e partidos que estão dispostos a trocar posições oposicionistas por uma crescente influência nas ações políticas e administrativas da Nova República. Ou, ainda, aqueles que simplesmente pensam em desestabilizar o governo. O governador Leonel Brizola, com sua falsa cortesia, nada mais pretende do que convencer o presidente da República a aceitar (e se possível patrocinar) a redução de seu próprio mandato. O sr. Lula da Silva, pelo menos, é mais sincero, apesar de não menos perigoso: ele não esconde que sua verdadeira intenção é desmoralizar o regime democrático, para instalar aqui o totalitarismo com que sonha. Com seus cárceres (ou seriam chiqueirinhos?) para os adversários políticos e, de preferência, sem eleições de nenhuma espécie, pois, como mostraram as eleições de 1982, esse não é o forte da congregação PT-CUT.

Ninguém desconhece a situação em que José Sarney assumiu a Presidência da República, depois de haver sido incorporado à chapa da Aliança Democrática com o repúdio quase total do PMDB, o maior partido da coalizão. O governo Sarney, não há por que negar, nasceu congenitamente fraco. E esta fraqueza, acreditamos, está levando o presidente da República a utilizar, diante dos conflitos e desobediências que enfrenta, uma política de contemporização, cabível nas circunstâncias trágicas em que se inaugurou o (hoje) seu governo, que já foi além dos limites de segurança. Essa política, levada às últimas consequências, como até aqui parece ser a intenção do presidente Sarney, poderá ter um desfecho desagradável para ele e para o País, com a vitória das forças obscurantistas que querem desviar a Nova República do rumo da consolidação da democracia sem os adjetivos que costumam pespegar-lhe os falsos democratas.

Uma pequena amostragem, seguramente incompleta, que colhemos nos últimos dias no noticiário da imprensa, sobre os conflitos que o governo está enfrentando ou "administrando", nos dá uma idéia, ainda que pálida, dos perigos que rondam a estabilidade da Nova República e do grau de isolamento político a que está submetido o presidente Sarney:

1. as greves políticas comandadas pela congregação PT-CUT do sr. Lula da Silva com o incentivo do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que simplesmente se recusa a fazer cumprir a lei;

2. a nova onda de invasões de propriedades — há casos recentes em Guarujá e Birigüi —, antes de responsabilidade da Igreja e agora, como afirmou o sr. da Silva, com o respaldo entusiasmado do PT-CUT;

3. as disputas ministeriais, que não se resumem apenas ao caso Almir Pazzianotto-Roberto Gusmão, a respeito do comportamento do governo diante do grevismo, mas envolvem vários outros setores e têm um cunho marcadamente ideológico;

4. a falta de entendimento entre o PMDB e a Frente Liberal no que se refere a quase tudo, cuja consequência maior é a perda da base parlamentar do governo;

5. as disputas internas no PMDB, que tendem a decidir-se em favor dos grupos fisiológicos e da esquerda — incluindo os comunistas que não pretendem deixar o partido para se inscrever nos PCs legalizados — em detrimento da parte mais responsável do partido;

6. a ausência de lideranças firmes no governo e nos partidos políticos, como ficou comprovado nos episódios da votação da Emenda Constitucional nº 25 — primeira fase da retirada do chamado entulho autoritário — e do projeto de socorro aos bancos Sulbrasileiro e Habitasul;

7. o comportamento profundamente negativo do Congresso, onde hoje deputados e senadores, em sua imensa maioria, estão com a atenção voltada prioritariamente para seus projetos de sobrevivência política sem nenhum sentido de civismo e grandeza.

Esses fatores, conjugados, estão trazendo dores de cabeça diárias para o presidente da República. A política econômica do governo é contestada abertamente por setores do PMDB, sob o comando do segundo vice-presidente do partido, Miguel Arraes, e do senador Severo Gomes, amigo dileto e confidente do sr. Ulysses Guimarães, presidente do PMDB. O governo já detectou, em outro grupo de confidentes do dr. Ulysses — os outrora "economistas de oposição" —, uma das fontes das intrigas que tentam indispor os ministros Francisco Dornelles e João Sayad e forçar a mudança do modelo econômico. O governador Leonel Brizola toma fôlego para contestar nas ruas a duração do mandato do presidente da República e aproveita-se dos desentendimentos no PMDB e na Frente Liberal para engordar seu Exército Brancaleone. Deputados de pequena — para não dizer nenhuma — expressão acham-se com força para intimidar o governo, como acontece agora com o sr. Gastone Righi, do PTB paulista, que, insatisfeito com as objeções à sua emenda de convocação da Assembleia Constituinte, ameaça unir-se ao PDT e ao PT (e quem sabe ao PDS) para aprovar uma outra emenda, que, além de convocar a Constituinte, reduzirá o mandato do presidente Sarney para dois anos.

Está na hora de o presidente da República começar a agir usando com coragem a autoridade que o cargo lhe dá. Antes que se instale uma anarquia que irá levar de roldão o seu governo e o sonho da Nova República. Só índices de popularidade e aplausos nas ruas não fazem um governo seguro e estável.